

Afinidades entre Neoliberalismo e “Novos Sujeitos”: possíveis consequências para o pensamento crítico

**Autoria:** Amon Narciso de Barros, Ana Paula Rodrigues Diniz

## Resumo

Pretendeu-se, neste artigo, discutir as modificações que vem acontecendo nas coletividades e subjetividades. De forma específica, objetivou-se: 1) apontar as possíveis relações entre a subjetividade e elementos do neoliberalismo; e 2) estabelecer quais os efeitos dessa subjetividade sobre a constituição do pensamento crítico. Para tanto, baseando-se principalmente em autores vinculados à tradição psicanalítica e crítica, discutiu-se a crise na cultura observada na atualidade, a qual se relaciona com a dissolução dos símbolos e valores éticos e morais que anteriormente norteavam o comportamento dos sujeitos. Tal crise, para Dufor (2005) e Minerbo (2009c), favorece a construção de um novo sujeito, denominado não-neurótico, o qual negligencia o compromisso tácito antes firmado em lidar com e cuidar do mundo pré-existente a ele e de educar as gerações futuras (ARENDRT, 2002). Nesse sentido, observou-se a tendência ao enfraquecimento da autoridade parental, desencadeando o desenvolvimento de egos fracos, os quais se submetem mais facilmente aos desígnios impostos (HORKHEIMER, 2002). Enfatizou-se que esta submissão é acompanhada pela tentativa, estimulada no sistema capitalista neoliberal, de escamotear a falta constitucional do ser humano por meio do consumo. O consumo promete a felicidade amarrada a um objeto, felicidade frustrada pela impossibilidade de realização do gozo pleno (KEHL, 2002). O sujeito não-neurótico, no entanto, não consegue estabelecer um distanciamento entre si e os objetos e reconhecer que a realidade não se curva a seus desejos. Nesse sentido, ele se coloca numa relação de dependência com os objetos aos quais se vincula, buscando recorrentemente no consumo a satisfação prometida (MINERBO, 2009c). Com as subjetividades formadas nesse processo, destacou-se o declínio da capacidade de questionar, construindo o que Marcuse (1991) denomina por homem unidimensional. A própria necessidade de crítica se tornaria obsoleta neste contexto, na medida em que não parece haver alternativas ao dado ou que por meio da técnica todas as questões serão solucionadas (ROUANET, 1993). Outra decorrência seria a atomização dos sujeitos, impactando na construção das coletividades. Apoiando-se em Marcuse (1991), destacou-se que o aprofundamento do individualismo, atomização e construção de consumidores, impulsiona a própria sociedade de consumo, sendo interessante ao sistema. Explicitou-se ainda que este processo, marcado pela fragilização dos símbolos (MINERBO, 2009a) e pela subordinação da cultura e da subjetividade ao econômico (SILVA JUNIOR; LIRIO, 2006), está intrinsecamente relacionado às novas técnicas de produção e organização do trabalho e ao neoliberalismo, os quais se caracterizam pela ênfase no individualismo, benefício próprio e competitividade (BOURDIEU, 1998). Tendo em vista tal conjuntura, finalizou-se apontando para a necessidade de crítica e para a reversibilidade dos efeitos do neoliberalismo sobre a cultura e os sujeitos. Assim, argumentou-se que um importante elemento para que se supere o contexto contemporâneo é a revalorização da esfera pública, na qual os sujeitos se colocariam como livres de fato (DUARTE, 2000).

## Considerações iniciais

A capacidade crítica dos sujeitos está sob risco. Além dela, também o sujeito neurótico freudiano está a perigo. Produto da cultura moderna e fundado nos cânones desta, ele pode vir a ser paulatinamente substituído por um sujeito não-neurótico. É o que defendem Melman (2008) e Dufor (2005). Essa observação está calcada na percepção de que o avanço do capitalismo vai alterando progressivamente as configurações da esfera sócio-econômica, ensejando de forma cada vez mais intensa a proliferação do individualismo e a perda da autonomia. Tal pensamento se relaciona à ascensão do neoliberalismo, que na acepção de Dufor (2005), por um lado, visa tornar real o *homo economicus* e, por outro, favorece a dissolução da cultura e dos ideais universais que permitiam aos homens e mulheres se reconhecerem mesmo nas suas diferenças.

Conforme aponta Dufor (2005), o neoliberalismo enquanto prática política e econômica desencadeia a diminuição do lugar do simbólico nas relações humanas. Entretanto, fora do simbólico, as relações com os objetos ficam esvaziadas, na medida em que se busca o prazer absoluto pela “passagem ao ato” sem mediações. O chamamento para que os sujeitos gozem imediatamente, que coloca essa possibilidade como algo realizável sem recorrer a instâncias de mediação, pode atender a desígnios repressivos que coadunam com a sustentação e aprofundamento do sistema de dominação atual, como defende Marcuse (1978; 1991; 2001). Isto porque o desconforto provocado pela necessidade de se atender ao vetor da pulsão não se firma como alavancagem para possíveis questionamentos acerca da falta e do que *de fato* se deseja. Nesse contexto, Marcuse (1991; 1978) defende que o poder instituído acaba por sustentar-se a partir da imposição de valores e necessidades aos sujeitos. O empobrecimento dos símbolos e de figuras fortes que pudessem sustentar a fundação dos sujeitos enquanto alteridades, papel que foi historicamente determinado por um “Outro”, faz ruir as grandes coletividades (DUFOR, 2005).

Concomitantemente, argumenta-se que, com o avanço contínuo da razão instrumental no mundo capitalista, os valores sustentados na ética e na moral vão progressivamente se diluindo. Os sentidos das atividades humanas tornam-se, assim, cada vez menos calcados em “verdades objetivas” (HORKHEIMER, 2002) para se fundarem principalmente em valores transitórios e na perspectiva da utilidade e do resultado da ação, num sentido muito próximo do que Mannhein (1962) chamou de razão funcional. Em meio à decadência dos valores em prol das funcionalidades, os sujeitos passam a priorizar ou tomar em conta apenas aquelas questões que lhes tragam benefícios individuais e imediatos. Nesse contexto, tanto o diálogo quanto a esfera pública tornam-se obsoletos ou são extremamente prejudicados: ou o sujeito se isola e se realiza individualmente ou se insere em grupos de iguais nos quais o dissenso é continuamente evitado e excluído.

Kehl (2002) salienta que a queda das crenças nos valores inquestionáveis, para o que contribuiu a psicanálise, não tira a importância do sentido para os seres humanos. A busca da psicanálise por desligar os sujeitos dos significados e objetos aos quais se vinculam irrefletidamente não tem como finalidade a desarticulação das coletividades. Contudo, na contemporaneidade, os laços identificatórios com quaisquer elementos que ultrapassem a cotidianidade e que mantenham ligações, ainda que ínfimas, a algo que poderia transcender o sujeito no sentido da coletividade, são manipulados para serem deixados de lado. Castoriadis (2001) alerta ainda que, além do individualismo, o princípio de que “tudo é válido”, a conformidade, a esterilidade e a banalidade são características desse período que não pode ser definido ou caracterizado por ser pós-moderno, mas é por esse termo muito bem expressado.

A exacerbação do individualismo e a extrema valorização da vida privada em detrimento do espaço público são preocupantes. O sujeito chamado de pós-moderno por Dufor (2005) tem imensas dificuldades de estabelecer o laço com o diferente e não consegue

perceber o outro enquanto igual mesmo na diferença. Isso porque, na ausência de bases compartilhadas de significado, toda dessemelhança é percebida como fundamental, como geradora de uma cisão intransponível entre o eu e o outro. Dessa maneira, fica cada vez mais difícil imaginar um espaço público no qual haja a igualdade entre diferentes (ARENDR, 2002).

O outro é fundamental para estabelecer a humanidade. Lançado ao mundo e privado da cultura, o homem não seria o que é, uma vez que não possui uma natureza essencial. A cultura é para Freud ([1929] 1976a) aquilo que faz surgir as coerções que provocam um mal-estar, mas que ao mesmo tempo possibilitam a inserção do homem na sociedade e permitem a ele a fruição mediada pelos símbolos ofertados pela linguagem. Esta hoje se mostra como um vetor que empurra a humanidade para um ponto em que a desagregação força a todo o momento a dissolução do social. Devido aos efeitos da linguagem, que não é outra coisa que não uma construção social, e à necessária dependência de um outro para o processo de desenvolvimento psíquico da criança, não é possível imaginar a completa dissolução dos laços sociais. Contudo, impressiona essa tendência colocada pelo neoliberalismo: uma cultura que exacerbando o indivíduo isolado, busca retirá-lo da coletividade.

De acordo com esses argumentos pretende-se neste artigo estabelecer uma discussão em torno dos rumos que vem tomando a coletividade na contemporaneidade devido à constante desagregação dos sujeitos. O objetivo desse trabalho se desdobra em dois: 1) apontar as possíveis relações entre a subjetividade constituída por homens e mulheres e elementos oriundos do neoliberalismo presentes na cultura contemporânea; e 2) estabelecer quais os efeitos dessa subjetividade sobre a constituição do pensamento crítico e das possibilidades dos sujeitos vivenciarem sua humanidade enquanto capazes de atuar autonomamente. É importante pontuar que autonomia neste sentido não é entendida como uma possibilidade do sujeito se desvencilhar de toda e qualquer determinação social – mesmo porque não se considera isso factível. A autonomia discutida relaciona-se com a possibilidade dos sujeitos reconhecerem as determinações relativas ao contexto neoliberal e, ao reconhecê-las, formular um pensamento crítico acerca deste contexto e das formas de dominação que enseja.

Ressalta-se também que o presente trabalho não pretende advogar o retorno a uma dada forma de organização social ou de estruturação da psique. A intenção que subjaz às reflexões realizadas é de apontar quais os efeitos percebidos das transformações que vem ocorrendo e refletir sobre possíveis mudanças de direção. O enfraquecimento dos símbolos que sustentaram a sociedade ocidental durante o período moderno poderia ensejar novas formas de ser no mundo, contudo, o que se percebe é o aprofundamento das formas de dominação existentes. Acredita-se que esta discussão se faz importante para os estudos organizacionais, na medida em que busca contribuir com a elaboração de novas perspectivas sobre a conjuntura social, econômica e política e refletir sobre seus efeitos nos sujeitos.

Desta forma, o presente ensaio se divide em quatro seções além desta introdução. Na primeira, serão tecidas considerações acerca das mudanças observadas no âmbito da cultura e das formas de subjetividade dispostas para as pessoas e os efeitos destas transformações sobre os sujeitos. Em sequência, discutem-se o neoliberalismo e seus efeitos sobre a política, mas, principalmente, sobre a cultura. Em seguida, são apresentadas algumas considerações acerca das possíveis implicações desse cenário sobre o pensamento crítico. Por fim, tecem-se reflexões a título de conclusão com indicações para desenvolvimentos posteriores.

## **O Sujeito na contemporaneidade**

Kehl (2002) e Dufor (2005) afirmam que atualmente é possível observar a decadência dos valores burgueses que nortearam os comportamentos dos sujeitos desde a chegada dessa

classe ao poder, bem como o declínio da família. Tal decadência de valores insere, como mencionado na introdução deste trabalho, uma crise na cultura. Ao se entender a cultura, em concordância com Freud (1976a) e Roheim<sup>ii</sup> ([1942] 1972), como a própria civilização, é possível afirmar que a crise cultural afeta diretamente o que se entende por civilização. Nesse sentido, discute-se que a decadência dos valores denunciada por Kehl (2002) e Dufor (2005) conduz à própria crise da civilização moderna e de seus ideais de universalidade, individualidade e autonomia (ROUANET, 2003).

Roheim (1972), apoiando-se em Freud ([1912] 1976b), compara a cultura-civilização à neurose. Para ambos, o neurótico com sua capacidade de simbolização desenvolve para si estruturas análogas àquelas que regem a vida nas sociedades. Dufor (2005), nesse sentido, discute que as novas configurações da contemporaneidade, ao procederem a diluição dos símbolos e valores fortes, atuam no sentido de fazer decair o próprio sujeito neurótico. Para o autor, a cultura contemporânea com seus construtos simbólicos é claramente influenciada pela “dessimbolização” (DUFOR, 2005) do mundo. A decadência das instituições e dos símbolos que a sustentavam enseja novos sujeitos que têm que lidar com uma realidade mais fluida na qual não se observa elementos sólidos para que ele se ancore.

Acrescenta-se que se a palavra “cultura” é tomada na acepção de Roheim (1972), como aquilo que constrói os sujeitos, é de se esperar que os comportamentos inculcados por essa nova etapa do capitalismo se inscrevam de forma cada vez mais profunda como uma “segunda natureza” dos sujeitos. Para Roheim (1972, p. 59, tradução livre), cultura não é apenas um conjunto de “cerimônias totêmicas”, mas “uma maneira de viver em comum”. As regras culturais e civilizacionais, em alguma medida, colocam aos sujeitos sua inserção numa comunidade pré-existente a ele. À medida que uma dada forma de sociabilidade, caracterizada por práticas específicas, é repetida e naturalizada, deixa paulatinamente de ser estranhada, sendo tomada como base fundamental de organização da sociedade e de construção dos sujeitos.

Como aponta Minerbo (2009c, p. 28), “cada cultura determina formas de subjetividade prevalentes e também as formas de sofrer que lhes são consubstanciais”. Para a autora, a neurose é característica de uma civilização marcada por instituições fortes, enquanto que a não neurose é fruto de uma cultura na qual as instituições se encontram fragilizadas, “parece ser consubstancial a uma cultura marcada pela insuficiência da função simbolizante em todos os níveis” (MINERBO, 2009c, p. 31). As normas culturais também fornecem sentido às instituições existentes. Contudo, na contemporaneidade, percebe-se uma dificuldade dos sujeitos aceitarem pagar a “dívida simbólica” que se estabelecia com as gerações passadas, que os colocava defronte à necessidade de lidar com as leis e normas que lhes foram passadas e com o mundo que já existia antes deles (KEHL, 2002; DUFOR, 2005; MELMAN, 2008).

Ainda que para negar por completo o que estava dado, havia um compromisso tácito que colocava aos sujeitos a necessidade de atuar no sentido de transformar aquilo que não aceitavam, pois deviam contribuir com algo para o social. As instituições sólidas, de alguma maneira, serviam como fiadora do sentido atribuído pelos sujeitos a elas (ver, por exemplo, MINERBO, 2009a). Dufor (2005), com base nas ideias de Hannah Arendt, atesta que as gerações contemporâneas tendem a não aceitar tanto o compromisso pelo cuidado com o mundo que lhes foi deixado, quanto o fardo de educar aqueles que vêm ao mundo depois deles. Vê-se, assim, uma tendência ao enfraquecimento da autoridade parental no interior da família. Horkheimer (2002, p. 116-117) alerta que o indivíduo que não tem uma autoridade que possa confrontar no momento da constituição de sua psique permanece submisso à ordem vigente, porque

ficou inconscientemente fixado no nível da rebelião reprimida contra seus verdadeiros pais. Essa rebelião se manifesta em conformismo solícito ou no crime,

segundo as condições sociais e individuais. O indivíduo resistente permanece leal ao superego e em certo sentido à imagem do pai. Mas [...] só é capaz de resistir aquele que transcendeu esse conflito. A verdadeira razão para a sua atitude é a compreensão de que a realidade é “inverídica”, uma compreensão a que ele chegou ao comparar seus pais com os ideais que eles pretendem representar.

Isto, pois, para que o sujeito possa superar a autoridade parental elaborada enquanto ideal e corporificada num outro, é importante que exista uma figura que possa confrontar. Na medida em que esta confrontação não ocorre, o sujeito permanece submisso a uma autoridade idealizada que é construída na relação com os pais e com o social e tem maior dificuldade de enfrentar os imperativos colocados por este. Neste contexto, toda transgressão passa a ser vista como uma falta grave, o que por um lado sustenta a conformidade aos padrões estabelecidos e, por outro, pode exacerbar o valor atribuído pelo sujeito a qualquer transgressão.

Rouanet (2001) acrescenta que boa parte da socialização dos sujeitos sempre se dá fora da família. No enfraquecimento da autoridade parental, a socialização fora da família é ainda mais intensificada. Na ausência dessa figura, a socialização, inclusive, é delegada a instituições, como a escola, cumprindo a esta transmitir os valores sociais à criança. Assim, “a própria sociedade global, agora, que se encarrega de injetar nos indivíduos os valores funcionais para o sistema” (ROUANET, 2001, p. 238).

Com a subjetividade formada nesse processo, observa-se o declínio da capacidade de questionar. Os sujeitos tendem a incorporar os elementos da subjetividade dominante no contexto em que se inserem. A dissolução dos valores substantivos, a primazia da racionalidade instrumental e o relativismo inerente à suspensão dos valores em prol dos objetivos, na contemporaneidade, relacionam-se dialogicamente com essa nova dinâmica de formação das subjetividades, ao mesmo tempo em que se apóiam mutuamente. A confluência dessas forças atua no sentido de tornar as construções subjetivas uma tarefa muito mais individual do que antes fora. O enfraquecimento dos signos culturais e das instituições e ideais modernos remetem a um sujeito que tem que se constituir de forma solitária, num ambiente que coloca a ele diversas demandas que, por ter um ego frágil, ele se vê impelido a atender.

Kehl (2002) aponta que apesar de se notar o enfraquecimento das verdades universais, a construção dos sentidos não decai ao nível individual. Sempre é fruto da cultura, algo que é vivenciado pelo sujeito, do qual ele participa revivificando e ressignificando, mas não como fundador uno do sentido em si. A autora constata que

os discursos predominantes a respeito do que a vida deve ser têm se empobrecido gradativamente à medida que se apóiam cada vez menos em razões filosóficas e cada vez mais em razões de mercado. É que as razões filosóficas, as grandes utopias políticas, apontam sempre para além da banalidade do nosso dia-a-dia, para um devir, uma transformação do sujeito ou do mundo que ele habita (KEHL, 2002, p. 10).

Ao mesmo tempo, impera a tendência de se buscar escamotear a falta constitucional de qualquer sujeito. Visa-se estabelecer como verdade a ser vivenciada a noção de que a mercadoria e o consumo podem possibilitar ao sujeito uma vivência livre da angústia provocada pela falibilidade mesma do desejo de se inscrever no plano do simbólico. Se os problemas são a perda de capacidade de simbolizar e a relação dos sujeitos com a ausência, então, o consumo serve a esse propósito na medida em que promete a própria felicidade amarrada a um objeto. A frustração constante desse movimento é que impulsiona a sociedade de consumidores. Contudo, não são apenas os objetos de desejo com existência material que assumem essa função: tudo se torna passível de ser considerado objeto a se consumir. Tudo

que circunda o sujeito, suas relações e mesmo seus corpos, como apontam Dufor (2005) e Minerbo (2009a; 2009b), se tornam passíveis de serem tornados objetos, os quais são simbolizados de forma frouxa, rasa e que se esfuma rapidamente, levando o desejo a apontar para outro objeto de consumo. Veicular a possibilidade de uma satisfação que seja plena e amarrada ao consumo conspícuo de mercadorias é um discurso interessante ao capitalismo neoliberal que se estabeleceu na contemporaneidade como ideologia hegemônica.

A partir do pensamento de Jean Baudrillard, Saraiva (2005) afirma que o consumo aparece como um substitutivo aos escapes possibilitados pela drogadição e pelas religiões e cultos. Por meio do consumo de objetos, seria possível anestesiá-lo em alguma medida a dor de existir, postura que interessa ao sistema econômico, pois reforça sua hegemonia ao mesmo tempo em que o perpetua. Saraiva (2005) salienta ainda que o conflito é inerente ao ser humano e não a harmonia. Desta maneira, a solução do conflito por uma via alternativa ao consumo seria uma possibilidade de se escapar a esse ciclo sem fim, aceitando o vazio que impulsiona o sujeito à ação. Kehl (2002, p. 14) alerta, contudo: “o pleno gozo é tão impossível de se realizar quanto a renúncia absoluta a qualquer forma de gozo”.

Ao passo que o sujeito neurótico consegue estabelecer um distanciamento entre si e os objetos e entende que a realidade não se curva à sua ânsia pela satisfação dos seus desejos, o não-neurótico não resolve a contento nenhuma dessas questões (MINERBO, 2009c). Ele se coloca numa relação de dependência face ao objeto ao qual atribui a possibilidade de solucionar a sua falta. Como a cultura contemporânea coloca ao sujeito a promessa de satisfações e de realização pela via do consumo, este tende a ser a saída buscada pelos não-neuróticos no intuito de sanar a falta que é inerente a todas as pessoas. Peixoto Junior (1998, p. 117), a partir da análise da obra de Hebert Marcuse, afirma que ao se inserir de maneira acrítica nesse sistema, sem questionar suas bases, “[e]stamos todos concorrendo pelo mesmo objetivo – a manutenção do *status quo*. Visando a manter a [...] ‘sociedade industrial’, em andamento, tornamo-nos basicamente uma nação de consumidores”. Os sujeitos se despem de suas especificidades para se tornarem consumidores, inclusive, de seus direitos. Em consonância com essa percepção, Rouanet (1993, p. 9) afirma que “[a] individualidade submerge cada vez mais no anonimato e no conformismo da sociedade de consumo”.

Arendt (2002, p. 335) argumenta:

o último estágio de uma sociedade de operários, que é a sociedade de detentores de empregos, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar a sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e “tranqüilizada” [*sic*].

A autora não trata diretamente do neoliberalismo neste trecho. Porém, entende-se que essa ideologia enquanto força política mascara a perda de autonomia a qual se submetem paulatinamente os sujeitos. A agudez da privação de direitos numa ditadura escancara sua tirania, enquanto na democracia o *There is no alternative*, lema de Margaret Thatcher, é uma forma apenas velada de arbítrio. Afirmar a ausência de possibilidades é, ao mesmo tempo, reforçar a “inutilidade” do debate político e colocar para o sujeito, conforme prega o gerencialismo que reforça o neoliberalismo, que ele não deve se preocupar com a condução das coisas na esfera pública já que a técnica mostraria o único e melhor caminho possível e solucionaria todos os problemas.

## Neoliberalismo

A ideologia neoliberal coloca acima de tudo a preponderância do indivíduo sobre a coletividade, o Estado como garantidor de contratos e fiador da lei fundada no campo jurídico, não mais em “obsoletos” ideais transcendentais. Nesse contexto, a busca de interesses egoístas se torna o mote para a ação dos sujeitos. No interior dessa perspectiva, não se verifica nenhuma espécie de chamamento ao interesse geral que não aquele já preconizado pelos economistas liberais que defendiam que a realização do interesse egoístico individual serve completamente aos interesses da sociedade. Ramminger e Nardi (2008) argumentam no sentido de não se compreender o neoliberalismo unicamente como uma nova forma de organização do Estado, mas como uma nova técnica de gestão da subjetividade. Com base nas ideias de Michel Foucault acerca da governamentalidade afirmam que

o neoliberalismo não é a redução do Estado ou sua limitação a funções básicas, ao contrário, no modelo neoliberal, o Estado não só retém sua função tradicional, como incorpora novas tarefas e funções. Desenvolve indiretamente técnicas de controle dos indivíduos sem, no entanto, precisar responsabilizar-se por eles. A estratégia de formar sujeitos responsáveis por si mesmos (e também pelos coletivos, famílias, associações etc), transfere a responsabilidade pelos riscos sociais, antes atribuída ao Estado, para a esfera das escolhas individuais. A aparente “retirada” do Estado também é uma técnica de governo (RAMMINGER; NARDI, 2008, p. 343-344).

Não se pode considerar que seja mera coincidência a ascensão do neoliberalismo em concomitância com o surgimento de novas formas de organização subjetiva por parte dos homens e mulheres na contemporaneidade. Para Silva Junior e Lirio (2006, p. 67), “uma das características mais apontadas como a marca da ‘pós-modernidade’ se localiza, precisamente, na preocupante subordinação da cultura e da subjetividade ao registro econômico”. Minerbo (2009a, p. 41), por sua vez, aponta que é possível entender a pós-modernidade como esse “momento da história da civilização em que o laço simbólico que une o significante e o significado é corrediço, e não se fixa em lugar algum. Em outras palavras, a pós-modernidade se caracteriza pela fragilidade do símbolo”. A confluência desses fatores, na acepção de Dufor (2005), edificaria um novo sujeito, uma nova forma de ser no mundo.

A fluidez do símbolo, apontada por Minerbo (2009a), se aproxima de forma notável do processo de produção e consumo da mercadoria, sempre em constante movimento. A notada subsunção do plano subjetivo à estrutura de produção de bens vigente foi percebida também por Marcuse (1991), que afirma que a sociedade afluenta leva os sujeitos a uma visão unidimensional da sociedade. Um exemplo da relação entre estruturas de produção e o surgimento de novas formas de subjetividade é dado por Gramsci (2006b). Esse autor estabelece claras relações entre a organização fordista para a produção em massa e as modificações observáveis nas formas subjetivas – como a adequação moral, a aceitação da intensificação do trabalho e o maior investimento físico e psíquico na atividade laboral, entre outras características – que iam se sedimentando nas primeiras décadas do século XX e que influenciaram toda a sociedade.

Relacionando a subjetividade humana com as formas de produção, Marcuse (2001, p. 101) evoca a ideia de efetivação de um “Estado de bem-estar totalitário” no qual

as necessidades humanas são mais ou menos satisfeitas, mas de tal maneira que os seres humanos, tanto na sua existência privada quanto na sua existência social, são administrados do berço ao túmulo. Caso ainda se possa falar de felicidade, trata-se tão somente de uma felicidade administrada.

Neste sentido, constata-se que há um imbricamento das novas técnicas de produção e organização do trabalho com as novas formas de organização do Estado. Dufor (2001a) concorda com Bourdieu (1998, s.p., tradução livre, grifos no original) que afirma ser o

neoliberalismo “*um programa de destruição metódica dos coletivos*”. Bourdieu (1998) aponta como exemplo dessa tendência a individualização dos salários e das carreiras em função de competências individuais, além da imposição de parâmetros para que “simples assalariados” passem a ser considerados responsáveis não apenas por suas vendas, mas pelo desempenho de toda uma unidade. Tais técnicas atomizam os trabalhadores, na medida em que inserem uma lógica competitiva no interior dos grupamentos sociais. Dufor (2001a; 2001b) vai mais longe e atesta que “a própria cultura” se encontra ameaçada e que a dissolução dos símbolos significa para a cultura aquilo que o neoliberalismo representa para a economia, com seu individualismo e instrumentalismo extremo.

Marcuse (1978) sustenta a ideia de que também as formas de sublimação, que produzem a cultura, são efeitos dos condicionamentos sociais aos quais o sujeito é submetido. Assim, no presente, a sublimação atende aos desígnios do sistema de organização da sociedade que coloca ao sujeito o imperativo do consumo e do gozo. O autor atesta que para além da repressão das pulsões que se faz necessária para que o homem possa manter-se vivo e construir a coletividade, é possível verificar que há um *quantum* de repressão das pulsões que excede as necessidades contemporâneas para a vida social, desviando a energia psíquica para fins considerados úteis para a manutenção do sistema de dominação vigente. Essa cota de repressão que excede o indispensável é chamada por ele de “mais repressão”.

Por outro lado, a “sublimação repressiva” também atua no sentido de atender às necessidades do capitalismo analisado por Marcuse (1991; 1978), já que está circunscrita aos parâmetros de utilidade do sistema produtivo. Marcuse (1991) aborda ainda a satisfação repressiva, que inscreve os sujeitos num ciclo sem fim de retroalimentação do sistema. Mesmo que estas sejam vivenciadas como satisfação de necessidades do sujeito, “elas continuam a ser aquilo que eram a princípio – produtos de uma sociedade na qual os interesses dominantes demandam a repressão” (MARCUSE, 1991, p. 7, tradução livre).

O gozo irrefletido, que não é colocado em questão pelo sujeito por se dar de forma cada vez menos mediada pelo pensamento, pode atender a desígnios repressivos. Se em outro momento histórico podia-se dizer que apenas a repressão atendia às necessidades do aparelho produtivo, talvez seja possível cogitar que atualmente o enfraquecimento dos símbolos e instituições cumpre essa função. A perda das instâncias simbólicas de mediação utilizadas pelos sujeitos os faz acreditar na possibilidade de um gozo pleno e os limita de tornarem algo idiossincrático, fazendo com que a fruição seja autêntica. É fazendo o uso do simbólico que o sujeito consegue se apropriar de seu desejo, ao invés de realizá-lo via identificações impostas de fora. Marcuse (1978, p. 183) atenta ainda para a necessidade da sublimação ter de resultar em produtos culturais que vão reforçar os laços do grupo:

O Eros órfico e narcisista absorve a realidade nas relações libidinais que transformam o indivíduo e seu meio; mas essa transformação é o cometimento isolado de indivíduos ímpares e, como tal, gera morte. Mesmo que a sublimação não proceda contra os instintos [as pulsões], mas como sua afirmação, deve ser um processo supra-individual num terreno comum. Como um fenômeno isolado e individual, a reativação da libido narcisista não é geradora da cultura, mas neurótica.

Entretanto, é possível questionar com base nos apontamentos de Dufor (2005) e Melmam (2008): a sublimação que se dá unicamente na esfera individual, sem produzir cultura ou outros elementos socialmente valorizáveis não pode levar a um agravamento tendencial de traços não-neuróticos? E, neste sentido, não se corre o risco de se perder de vista a cultura tal qual a conhecemos? Em caso positivo, o que se estabeleceria no lugar? Claro é que o enfraquecimento das instituições poderia ensejar interpretações novas que permitissem aos sujeitos construir significações próprias. Contudo, essa tendência que poderia



ser benéfica é ofuscada pelas dificuldades que se experimenta na formação do pensamento crítico.

### **Efeitos das formas subjetivas atuais para o pensamento crítico e para as coletividades**

A filosofia analítica contemporânea a todo o momento atua na intenção de traduzir a linguagem da transcendência que possibilitaria a crítica ao dado, numa linguagem operacional em que “significados e significantes coincidam sem resíduos” (ROUANET, 2001, p. 207). Ora, algo sempre há de sobrar nessa tentativa de fazer igualar a coisa à palavra que a significa. Mas o que resta é deixado à margem e passa como se fosse inexistente. Essa operação linguística, com o reforço dos meios de comunicação de massa, faz com que os pontos de vista hegemônicos se tornem continuamente reforçados e leva ao empobrecimento das cadeias possíveis para atribuição de significados pelos sujeitos. Dessa maneira, torna-se difícil para o sujeito escapar das redes de sentido que lhes são oferecidas e a pulsão se liga a palavras empobrecidas. Assim, a individualidade do sujeito é posta em xeque na medida em que ele não consegue estabelecer relações com objetos mediadas por uma atribuição de valores que lhe seja autêntica.

Marcuse (1991) critica o homem unidimensional em nome da multiplicidade dos indivíduos obliterada por uma falsa autenticidade. O homem unidimensional é fruto de uma sociedade na qual o consenso em torno do capitalismo e de suas formas de sociabilidade é tão acentuado que dificulta o surgimento de modos alternativos de se pensar e agir sobre o mundo. Marcuse (1991) destaca, deste modo, que o capitalismo atua no sentido de eliminar o contraditório do âmbito das possibilidades. Kellner (1991) atesta que para Marcuse a perda da liberdade e da individualidade é o preço pago pelo sujeito unidimensional, que tem dificuldades de reconhecer as necessidades que lhe são impostas de fora, de forma administrada. Esse sujeito encontra dificuldades também em resistir à dominação e agir autonomamente, submetendo-se mais docilmente aos poderes vigentes.

Rouanet (1993) aponta que tal unidimensionalidade enseja nos sujeitos efeitos contraditórios. Por um lado, ele observa que há um hiperindividualismo e, por outro, atesta que é possível verificar um anti-individualismo. Nas palavras do autor:

O primeiro se manifesta num egocentrismo radical, num frenesi de hedonismo, num delírio consumista, na busca exclusiva da própria vantagem, na apatia mais completa com relação às grandes questões de interesse comum. O segundo se manifesta na necessidade de raízes, na tentativa de reinserção comunitária, na procura de uma identidade grupal, qualquer que ela seja. Nos dois casos, o resultado é asfisiado pela individualidade (ROUANET, 1993, p. 22).

O autor defende a importância do posicionamento crítico pautado nos valores do iluminismo face ao “vale-tudo” pós-modernista enquanto cânone. Contudo, “[o] poder e a eficiência desse sistema, a completa assimilação da mente com o fato, do pensamento com o comportamento exigido, das aspirações com a realidade, militam contra o surgimento de um novo sujeito” (MARCUSE, 1985, p. 231). Neste sentido, estabelecer uma crítica ao sistema parece ser uma atitude vã. No contexto atual, “[o] discurso crítico não é nem sequer falso – é inverificável, como o discurso da metafísica. No máximo, pode aspirar a algum tipo de validade estética ou ética, de algum valor emocional, mas certamente sem qualquer conteúdo racional” (ROUANET, 2001, p. 206). Há que se dizer que a racionalidade na contemporaneidade vai, cada vez mais, realizando a separação daquilo que é substantivo – tido como inútil – daquilo que é instrumental, como notaram Adorno e Horkheimer (1985).

Note-se que “[o] próprio pensamento, ao tornar-se mera ‘previsão de consequências’, passou a ser função do cérebro, com o resultado de que se descobriu que os instrumentos

eletrônicos exercem essa mesma função muitíssimo melhor do que nós” (ARENDDT, 2002, p. 335). No mesmo sentido, Marcuse (1991, p. 39, tradução livre) aponta que “a dominação se transfigurou em administração”. A supremacia da técnica e da razão instrumental faz com que pareça “natural” que as pessoas sejam tratadas como coisas que devem ser gerenciadas. A gerência se tornou uma espécie de panacéia, capaz de solucionar problemas a partir de atitudes técnicas que seriam alheias aos valores. Marcuse (1991) aponta que a perda da capacidade de ver o controverso, a ascensão do “homem unidimensional”, leva a um fechamento do universo político, já que tudo se restringe à técnica.

Assim, o ciclo se fecha: na medida em que é a razão calculista que prevalece e que o tecnicismo e a instrumentalização invadem todas as esferas da vida, inclusive e acentuadamente a da política, torna-se dispensável a existência do sujeito que se opõe ao que está dado. Se tudo se decide no campo da suposta neutralidade técnica, sendo o termo “ideológico” guardado para designar todo o discurso que se posicione contrariamente ao que se impõe enquanto real, não se faz necessário sequer formar sujeitos capazes da ação política.

Não que cesse a atividade humana. Como apontou Arendt (2002, p. 266):

A grandeza da descoberta de Max Weber quanto às origens do capitalismo reside precisamente em sua demonstração de que é possível haver enorme atividade, estritamente mundana, sem que haja qualquer grande preocupação ou satisfação com o mundo, atividade cuja motivação mais profunda é, ao contrário, a preocupação e o cuidado com o ego<sup>iii</sup>. O que distingue a era moderna é a alienação em relação ao mundo [...] (ARENDDT, 2002, p. 266).

Esse alheamento em relação ao mundo se estabelece ao mesmo tempo em que o simbólico vai perdendo seu espaço. Dufor (2005) afirma que a dessimbolização do mundo pode ser percebida a partir de três dimensões: a venal, a geracional e a niilista. A primeira se refere ao processo do dinheiro deixar de ser signo que remete a algo para se tornar o equivalente para toda e qualquer troca estabelecida entre os homens. A segunda está relacionada ao declínio da aceitação do papel parental de introduzir os sujeitos num mundo que a ele é pré-existente. Por fim, a dessimbolização niilista remete à “ausência de um verdadeiro governo, isto é, de uma instituição cuja legitimidade é necessariamente exterior aos interesses econômicos, abole a autoridade, ao mesmo tempo que torna oculto o poder” (DUFOR, 2005, p. 207).

Marcuse (1991), por sua vez, aponta que o empobrecimento do conceito e, por consequência, da linguagem também contribui para a manutenção do *status quo*. A linguagem que vai sendo esvaziada de seus sentidos mais amplos passa a servir de sustentação para as forças que dominam os sujeitos. Marcuse (1991) afirma que os conceitos empobrecidos passam a ser absorvidos pelas palavras cada vez mais autorreferentes e que estão de acordo com os significados hegemônicos que elas vêm tomando. Como coloca o autor, “[s]e ‘democrático’ é definido nos termos limitados, mas realistas, do processo atual de eleições, então esse processo é democrático antes mesmo do resultado de qualquer investigação”. Com a funcionalização do discurso, o contraditório se torna cada vez mais exótico e tende a ser colocado de lado como uma “irracionalidade”.

Torna-se imperativo o trabalho de colocar às claras esse poder que se exerce abstrusamente. Não se deve pensar, contudo, que a simples exposição de alguns dos mecanismos que engendram essa dominação anônima que nega autonomia aos sujeitos fará com que ela cesse. Apesar da perda da capacidade de julgar ser um processo aparentemente inelutável, acredita-se que é inerente aos seres humanos o novo e a capacidade de ensinar novas formas no decorrer da sua história. Além disso, o próprio processo de fluidez nas identificações estabelecidas pelos sujeitos pode contribuir para que se torne possível a desidentificação com comportamentos heterônomos que são adotados não a partir da escolha

consciente, mas se fundam em processos inconscientes que sustentam e são sustentados pela chamada condição na qual os sujeitos se inserem.

### Considerações Finais

Na acepção de Arendt (2002), vive-se num contexto no qual é cada vez mais clara a ascensão do homem enquanto *animal laborans*, aquele que se preocupa apenas com a reprodução de sua própria existência. Nesta perspectiva, mesmo a noção do trabalho como uma atividade que permite a realização de obras que perduram no tempo vai sendo deixada de lado, na medida em que o consumo se torna fim de toda a atividade humana, “reduzindo-as ao denominador comum de assegurar as coisas necessárias à vida e de produzi-las em abundância” (ARENDDT, 2002, p. 139). Assim, qualquer transcendência é deixada de lado e todos os esforços se concentram na mera reprodução de ciclos de produção e consumo, sem que eles necessariamente se liguem à consciência das necessidades humanas que eles teriam que atender. Arendt (2002, p. 148) afirma: “O perigo é que tal sociedade, deslumbrada ante a abundância crescente de sua fertilidade e presa ao suave funcionamento de um processo interminável, já não seria capaz de reconhecer a sua própria futilidade”.

É interessante notar que Melman (2008) parece chegar a uma conclusão parecida com a de Arendt (2002), mas a partir do referencial da psicanálise. Ele afirma que na contemporaneidade vive-se numa sociedade de proletários e que o gozo irrefreado se tornou o senhor de todos os sujeitos. Em uma discussão a partir da qual é possível tecer relações com a economia material, Melman (2008, p. 120) afirma: “o próprio da nova economia psíquica é que ela de modo algum incita a conter a pulsão de morte, ela a aspira! Quando só se tem apetite pela satisfação completa, a manutenção da vida em momento nenhum se constitui um fator restritivo”. Mesmo que os homens permaneçam por mais tempo vivos, tal fato não atesta que eles consigam de fato experimentar sua existência.

Contudo, faz-se importante salientar um ponto: apesar do pessimismo de Melman (2008), crê-se que existem ainda saídas que justifiquem o trabalho da crítica. Ainda que a utopia marcuseana estabelecida em “Eros e civilização” (1978) pareça irrealizável, ela possui o valor de negar o dado em favor de um futuro diferente. Não se refuta que há um aprofundamento contínuo da inserção irrefletida no consumo. Observa-se também, conforme aponta Rouanet (1990, p. 49), que a capacidade de experiência é paulatinamente “substituída como forma de sensibilidade coletiva, pela vivência. O capitalismo, com efeito, inaugura um tipo de sociedade marcado pela extinção progressiva da experiência”. Entretanto, não se vislumbra que os efeitos do neoliberalismo sobre a cultura e, conseqüentemente, sobre os sujeitos sejam irreversíveis. Não se pode aceitar como inexorável o dado. Como afirma Gramsci (2006a, p. 295), “[é] preciso, ao contrário, dirigir violentamente a atenção para o presente assim como é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”.

Como aponta Marcuse (1978b), só o homem tem o poder de autodeterminação. Mas, para que o sujeito possa reconhecer e questionar as forças cegas que norteiam seu comportamento, é necessário inicialmente que se lance luz sobre a situação presente. Como indicam os trabalhos de Hannah Arendt, um importante elemento para que se supere o contexto contemporâneo é a revalorização da esfera pública, na qual os sujeitos se colocariam como livres de fato (DUARTE, 2000). Não apenas livres das determinações econômicas, mas aptos a se dedicarem à ação política que é aquilo que traz a especificidade para os seres humanos (ARENDDT, 2002), e à crítica do instituído e das sobredeterminações que pesam sobre os sujeitos.

Almejou-se com este trabalho estabelecer relações entre o contexto social, político, econômico e de elaboração das formas de subjetividades. Acredita-se que há afinidades

mútuas entre o neoliberalismo, o afrouxamento dos signos culturais, as novas configurações sócio-mercadológicas que colocam o imperativo de um consumo que seria cada vez mais individualizado e as novas “posições subjetivas” (MINERBO, 2009c) ocupadas pelos sujeitos. O contexto no qual os seres humanos se inserem passa a se mover quase inercialmente e apenas a ação reflexiva dos sujeitos pode fazer frente às transformações observadas.

Num trabalho futuro que aborde os mesmos temas, seria interessante apontar para o que pode ser considerado positivo quando do afrouxamento dos laços identificatórios que o sujeito estabelece. Ao mesmo tempo, ressaltar a importância da experiência autônoma, vivenciada pelos sujeitos a partir de escolhas também se faz importante. Por fim, salienta-se que os efeitos deletérios do neoliberalismo e das configurações sociais que ele enseja vão muito além da mera discussão acerca da participação do estado na economia. Seus efeitos vão desde as construções subjetivas dos sujeitos até o empobrecimento da esfera pública. Aprofundar reflexões sobre estas questões é, pensa-se também, relevante.

### Referências

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.

BOURDIEU, P. L'essence du neoliberalisme. In *Le monde diplomatique*. 1998. Mars, 1998. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1998/03/BOURDIEU/10167>>. Acesso em: 22/07/2010.

CASTORIADIS, C. The retreated from autonomy: post-modernism as a generalized conformism. In *Democracy and nature*, vol.7, n.1, 2001, pp. 17-26.

DUARTE, A. *O pensamento a sombra da ruptura*: política e filosofia em Hannah Arendt. São Paulo: Paz e terra, 2000.

DUFOR, D. *A arte de reduzir cabeças*: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUFOR, D.R. Les désarrois de l'individu-sujet. In *Le monde diplomatique*. 2001a. Février, 2001. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2001/02/DUFOUR/14750>>. Acesso em: 22/07/2010.

DUFOR, D.R. Malaise dans la education. In *Le monde diplomatique*. 2001b. Novembre, 2001. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2001/11/DUFOUR/15871>>. Acesso em: 22/07/2010.

FREUD, S. O mal estar na civilização. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXI (1927-1931)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976a.

FREUD, S. Totem e Tabu. In *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIII (1913-1914)*. Rio de Janeiro: Imago, 1976a.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 3. Maquiavel – notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Volume 4. Temas de cultura – Ação católica – Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

KEHL, M.R. *Sobre ética e psicanálise*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

KELLNER, D. Introduction to second edition. In MARCUSE, H. *One-dimensional man: studies in the ideology of the advanced industrial society*. 2ª. ed. Boston: Beacon Press, 1991.

MANNHEIM, K. *O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1962.

MARCUSE, H. A noção de progresso à luz da psicanálise. In MARCUSE, H. *Cultura e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.

MARCUSE, H. *One-dimensional man: studies in the ideology of the advanced industrial society*. 2ª. ed. Boston: Beacon Press, 1991.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

MARCUSE, H. *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

MELMAN, C. *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço / Charles Melman; entrevistas por Jean-Pierre Lebrun*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

MINERBO, M. A Fragilidade do Símbolo: aspectos sociais e subjetivos. *Contemporânea Psicanálise e Transdisciplinaridade*, v. 07, p. 33-43, 2009a.

MINERBO, M. Depleção Simbólica e sofrimento narcísico contemporâneo. *Contemporânea Psicanálise e Transdisciplinaridade*, v. 07, p. 44-57, 2009b.

MINERBO, M. *Neurose e não-neurose*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2009c.

PEIXOTO JUNIOR, C.A. Sobre a crítica da perversão social em Reich, Fromm e Marcuse. In *Physis: rev. Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, vol.8, n.1, pp. 101-121, 1998.

RAMMINGER, T.; NARDI, H.C. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. *Interface (Botucatu)*[online]. 2008, vol.12, n.25, pp. 339-346.

ROBINSON, P. *A esquerda freudiana: Wilhelm Reich – Geza Roheim – Herbert Marcuse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ROHEIM, G. *Origine et fonction de la culture*. Paris: Gallimard, 1972.

ROUANET, S.P. *Teoria crítica e psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

ROUANET, S.P. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

ROUANET, S.P. *Édipo e o Anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

SARAIVA, J.E.M. Do individualismo moderno ao narcisismo contemporâneo: a produção da subjetividade na cultura do consumo. In: SOUZA, S.J. *Subjetividade em questão: a infância como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

SILVA JUNIOR, N.; LIRIO, N.R. A recodificação pós-moderna da perversão. sobre a produção do comportamento de consumo e sua gramática libidinal. In: *Ágora*. Vol. IX, n.1, jan/jun 2006, pp. 65-78.

YAZIGI, L.; MINERBO, M.; ATTUX, C. Patologia do milênio: o ato puro e a psicose da ação. *Mudanças* (São Bernardo do Campo), São Paulo, v. 8, n. 14, p. 13-36, 2000.

---

<sup>i</sup> Para uma discussão interessante acerca do “ato puro” ver Yazigi, Minerbo e Atoux (2000).

<sup>ii</sup> Foi a obra de Robinson (1971) que chamou atenção para os trabalhos de Geza Roheim. Contudo, apesar de conter elementos interessantes acerca das formações culturais, é necessário tomar cuidado com a ênfase unilateral nos aspectos psicanalíticos.

<sup>iii</sup> A palavra ego aqui, não se refere à instância psíquica freudiana. O sentido da palavra se aproxima de “si mesmo”.